



LIDERANÇA À BRASILEIRA

NA DÉCADA QUE SE ENCERRA, O BRASIL REAFIRMOU SUA INEVITÁVEL LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA, PORÉM MODIFICOU A FORMA DE RELACIONAR-SE COM OS VIZINHOS. ASPECTOS POLÍTICOS DA INTEGRAÇÃO PASSARAM A SER PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AOS COMERCIAIS, E O PAÍS ABRIU MÃO DE POSSÍVEIS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS EM PROL DA UNIDADE REGIONAL

 JULIÁN KAN, professor da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, kanjulian76@yahoo.com.ar

A integração latino-americana experimentou consideráveis mudanças nos últimos anos. A rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por parte da Venezuela e dos países do Mercosul, em 2005, abriu caminho para a proliferação de novas instâncias de integração, que deixaram de lado propósitos meramente comerciais para dar um passo rumo a outras esferas, como a financeira, a infraestrutural, a de comunicação e a de segurança. A busca de soberania regional intercala-se com essas novas esferas, chegando a predominar sobre elas.

Nesse processo, o Brasil teve um papel de destaque, se não o de principal mentor, graças a uma guinada na forma de relacionar-se com sua vizinhança. A grande diferença entre o Brasil das eras Lula e FHC, nesse particular, está no apoio a instâncias de integração com maior autonomia em relação a Washington, e no afrouxamento da retórica do livre comércio.

PRIMEIROS PASSOS

Desde que chegou ao poder, em 2003, Lula vem solidificando a liderança do Brasil na América Latina ao apostar no fortalecimento da unidade

regional. Seus primeiros passos envolveram relançar o Mercosul como espaço de coesão regional, de forma a frear a iniciativa norte-americana da Alca. Para tanto, teve de redesenhar a relação bilateral com a Argentina, principal parceiro local. De uma situação marcada por escassa coordenação de decisões macroeconômicas (a exemplo da desvalorização do real em 1999, com efeitos na economia argentina e na relação comercial dos dois países) e pelo também escasso planejamento de uma inserção regional conjunta dos dois países, passou-se a um entendimento no qual têm prevalecido os consensos, ainda que não isentos de tensões. Não por acaso, em outubro de 2003, o primeiro documento firmado em encontros bilaterais com o então presidente argentino, Néstor Kirchner, levou o nome de Consenso de Buenos Aires.

No redesenho da relação com a Argentina, Lula inaugurava sua maneira de construir a liderança regional: buscar o consenso e ceder em prol da unidade. Ao fazer isso, promoveu ações que podem ser entendidas à primeira vista como contraditórias, como, por exemplo, o apoio dado pelo Brasil à entrada da Venezuela no Mercosul, que rendeu a Lula severas

críticas. Ou ainda iniciativas que não estavam na sua agenda, mas às quais Lula optou por aceder, como a criação do Banco do Sul, em 2007, a pedido de países vizinhos. Embora o Brasil nem de longe necessitasse dessa instituição, uma vez que conta com o BNDES, o caminho encontrado para construir a liderança envolveu evitar conflitos e apostar na unidade regional, convivendo com esse tipo de aparentes contradições que muitas vezes países líderes tentam aplacar. Na posse da atual presidente argentina, Cristina Fernández de Kirchner, em dezembro de 2007, Lula afirmou: “Há quem pense que o Brasil pode buscar seus caminhos por conta própria. Nós acreditamos que trabalhar junto com a América do Sul nos fortalece”. Sempre que aparece um conflito, a invocação do multilateralismo e da integração é uma constante.

NÃO À ALCA

Um momento-chave para a integração latino-americana recente foi a oposição à Alca, por parte do Mercosul e da Venezuela do presidente Hugo Chávez. Essa unidade regional no rechaço à iniciativa norte-americana de livre-comércio, concretizada na IV Cúpula das Américas,

em Mar del Plata, na Argentina, em 2005, pode ser considerada outro marco para a construção das novas formas de integração, e para a liderança brasileira na região.

A partir dessa oposição, Lula pôde se concentrar em sua tarefa de solidificar a unidade regional convivendo com contradições, por exemplo, ao qualificar de “soberana” a nacionalização da produção de gás e petróleo decretada pelo presidente boliviano Evo Morales em 2006, em que se viam afetados fortes interesses econômicos brasileiros. Apostou em novas instâncias de integração, como a Unasul (União das Nações Sul-Americanas), e conviveu com a Venezuela, convertida em outro ator-chave que persegue projetos, como a Alba (Aliança Bolivariana para as Américas), distantes da realidade brasileira. Lula, por sinal, tem-se posicionado como defensor de Chávez sempre que este é acusado de autoritarismo. Também aceitou, em 2009, revisar os termos da exploração da usina hidrelétrica de Itaipu, tradicionalmente desfavoráveis ao Paraguai.

UNASUL E AUTONOMIA

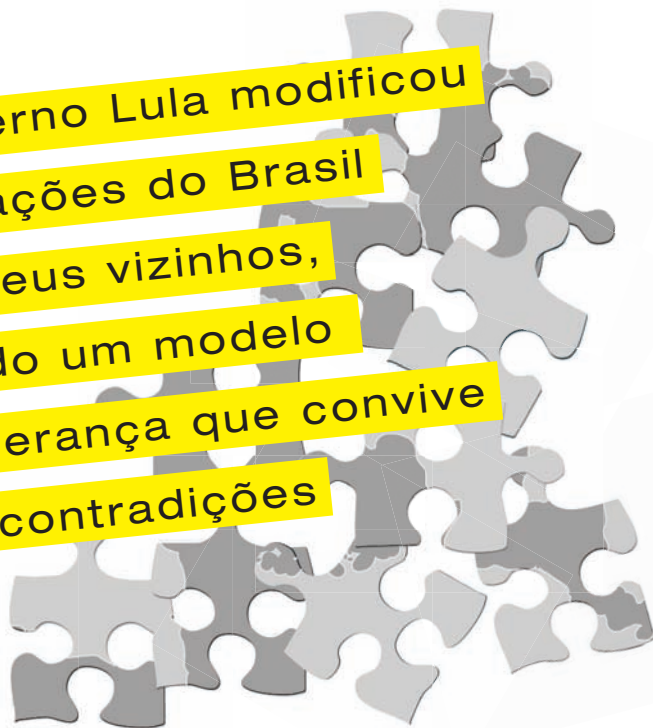
Apostar na Unasul – uma instância regional autônoma, por meio da qual



ESPECIAL AMÉRICA LATINA

LIDERANÇA À BRASILEIRA

O governo Lula modificou as relações do Brasil com seus vizinhos, criando um modelo de liderança que convive com contradições



se podem dirimir conflitos sem consultar a Organização de Estados Americanos (OEA), sob forte influência dos EUA – foi um fator-chave. O Brasil já tinha tentado contribuir como mediador em conflitos entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo do presidente colombiano Álvaro Uribe, e também em conflitos entre Equador e Colômbia, desatados, em 2008, com o assassinato de um dos líderes da guerrilha colombiana, Raúl Reyes, em solo equatoriano. Mas a projeção regional do país passa a contar com novas ferramentas, outorgadas pela Unasul. Diferentemente da sua antecessora, a

Confederação das Nações Sul-Americanas (CSN), e das tentativas de fusão esboçadas por Fernando Henrique Cardoso entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercosul, a Unasul não tem no aspecto comercial o eixo articulador da integração. Sua aposta é política, e aqui outra vez se reconhece o modelo de liderança brasileiro com unidade regional.

Nesse processo de afirmação da autonomia regional, Lula retomou projetos que estavam engavetados. Um deles, que teve como artífice o ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim, foi a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), órgão

de defesa regional que veio superar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado sob forte influência dos EUA, no marco da guerra fria – mais uma instância de integração que transcendeu a esfera comercial, ao privilegiar a esfera política da segurança e da soberania.

INTEGRAÇÃO À BRASILEIRA

As causas da inevitável liderança regional do Brasil podem ser atribuídas ao tamanho de sua economia, ao seu lugar no cenário mundial como parte do G20 e dos BRICs, entre vários outros fatores. Porém, o exposto neste artigo permite observar que essa liderança do Brasil também tem se construído mediante a busca de unidade regional, por meio de um maior diálogo com seus vizinhos, cedendo ou compartilhando muitas vezes o papel de líder, ou mesmo abrindo mão de possíveis benefícios econômicos em prol das demandas dos seus vizinhos. No âmbito latino-americano, na primeira década do século, o Brasil não se impôs, mas dialogou e buscou o consenso, além de privilegiar aspectos políticos em relação aos comerciais. Isso configura, sem dúvida, uma mudança de ângulo em relação à década anterior. ■